

CONDIÇÕES DOS TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE

Depois dos enfermeiros e dos auxiliares, chegou ao conhecimento do *SITESE* que também os trabalhadores do sector administrativo no Serviço Nacional De Saúde estão a ser abordados por empresas de outsourcing para a celebração de contratos de prestação de serviços.

Em causa está a ocupação de postos de trabalho já existentes, com funções previamente desempenhadas por colaboradores com contratos de trabalho, não existindo qualquer tipo de fundamento legal para a substituição destes por contratos de prestação de serviços. A sua admissibilidade deve ser posta em causa e a sua utilização deve ser combatida. Se as funções, os horários e o local de trabalho são os mesmos, como poderá haver cabimento para a mudança do vínculo jurídico dos trabalhadores?

Os salários apresentados, de €490 para a laborar 40 horas por semana, ou €452 para as correspondentes 32 horas, são um exemplo de algo absolutamente inadmissível em pleno ano de 2012. Se o vencimento mínimo nacional é de €485, como pode o Governo admitir que existam ao seu serviço cidadãos a auferir rendimentos inferiores, associados à precariedade do vínculo?

O Serviço Nacional de Saúde é um dos pilares do Estado Social de Direito Democrático característico de Portugal do “pós-25 de Abril” e a sua manutenção não pode ser posta em causa por políticas de emprego que comprometem a qualidade do serviço e a dignidade dos seus profissionais.

O *SITESE* assume, pelo presente comunicado, o repúdio completo pela escolha de empresas de trabalho temporário para a contratação de funcionários ao serviço do Estado, com condições de admissibilidade que passam pela celebração de contratos de prestação de serviços (no lugar do contrato de trabalho) e pelo baixo nível salarial (desajustado com o mérito profissional, ou o desenvolvimento de capacidades académicas), que resultam unicamente na perda de qualidade do serviço prestado.

Esta redução de qualidade, numa área fundamental como a saúde, provoca a demora nos serviços, a pior resolução de problemas e o distanciamento entre os colaboradores e a estrutura que representam, o que poderá levar a resultados lamentáveis, ao nível dos cuidados públicos aos cidadãos e do ulterior acompanhamento, que, veja-se, poderá, em última análise motivar um perverso aumento da despesa pública.

Os cidadãos portugueses não são cobaias para experiências com resultados duvidosos e cuja finalidade imediata é apenas a redução da despesa. Não deve ser este o caminho, se a intenção passar pela manutenção dos pilares constitucionais de Portugal.

O papel do *SITESE* será sempre o de combater, ao lado dos trabalhadores, a redução das condições de trabalho e de vida. É essencial mostrar que é possível manter a qualidade do serviço público, reduzindo a despesa, sem que sejam sempre os mesmos a sofrer pela condução de políticas que visam em principal análise atingir o capital humano.

Lisboa, 26 de Julho de 2012

A Direção